A criança na família em transformação: um pouco de reflexão e um convite à investigação

Rosane Mantilla de Souza*

RESUMO. O objetivo do artigo é apresentar alguns aspectos relativos às transformações que vêm ocorrendo na estrutura e relacionamento familiar, de modo a ressaltar o caráter inexplorado da área e estimular a produção de investigações sobre as concepções infantis de família, relacionamentos e suas transformações. Dados demográficos e históricos sobre o Brasil são apontados, de modo a circunscrever as particularidades das relações no país frente à emergência dos ideais igualitários de relacionamento. A experiência das famílias de dupla carreira, divorciadas, monoparentais e outras são analisadas para evidenciar as diferenças entre as perspectivas adulta e infantil. A investigação da experiência das crianças diante das transformações da família introduz também a necessidade do conhecimento dos processos cognitivos que fundamentam sua construção da "realidade". Apresentando trabalhos sobre cognição social, a autora destaca quão pouco é sabido sobre o que define um arranjo como família para a criança, quais são as variações compreendidas e seus correlatos.

Palavras chave: *criança, relacionamento familiar, cognição social, demanda de modernização.*

ABSTRACT: This paper intends to present some features related to the ongoing changes in family structure and relationships, in order to highlight the unexplored nature of the subject and to encourage investigations regarding children's conceptions of family, relationships and their changes. Demographic and historical data of Brazil were used to circumscribe the singularities of relationships in this country, due to the emergency of equal relation ideals. Experiences of double-career, divorced, and monoparental families, among others, are explored to emphasize the differences between adult and child perspective. The investigation of child experience regarding family changes makes evident the requirement of knowledge on the cognitive processes underlying their construction of 'reality'. By presenting the literature on social cognition, the author highlights the lack of knowledge about what defines the family organization to children, the variables engaged, along with their correlates.

Keywords: children, relationship, social cognition, modern life.

– *Por favor, desenhem uma família.*

Nos últimos anos, após uma rápida apresentação pessoal, tenho começado os cursos e/ou *workshops* que venho ministrando sobre relacionamento familiar e/ou divórcio, com essa solicitação.

Estudantes ou profissionais de psicologia, assistentes sociais, pedagogos, médicos ou advogados bombardeiam-me com perguntas. Como resposta, geralmente acrescento:

– *Desenhe a primeira coisa que veio à sua cabeça, quando eu fiz o meu pedido.*

Eu convidaria o leitor a desenhar também, antes de prosseguir a leitura.

Com uma certa reserva e desconfiança, após não mais de cinco minutos, todos afirmam que acabaram. Ligo, então, o retroprojetor e vou mostrando um acervo de desenhos infantis, um desfile de famílias monoparentais femininas, masculinas, com e sem a presença de outros parentes, onde também vemos o(a) namorado(a) da mãe ou do pai, "amigos", a empregada doméstica e animais. Conforme faço isso, peço aos presentes que respondam se fizeram desenhos como aqueles. Só uma vez obtive uma resposta positiva, embora, sempre, no mínimo

* A autora tem o apoio do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-SP.

metade dos presentes vivam ou viveram em um destes tipos de arranjos familiares (o que lhes é perguntado, após desligar o retro).

Solicito então que exibam – ou comentem como é – seu desenho. Sempre, o que observo é um conjunto mais ou menos elaborado, composto por um casal e duas crianças, muitas das vezes, um menino e uma menina. Há diferenças no cenário, maior ou menor número de detalhes, mas, estruturalmente, o máximo de variação refere-se à presença de uma terceira criança. Quando interrogo o grupo sobre o porquê de terem escolhido brindar-me com essa configuração, ao invés da de sua família de origem ou da atual, as explicações acabam por se resumir a: – *Eu tentei fazer uma família normal!*

Posso encontrar, tanto quanto eles mesmos sempre o fazem, um sem-número de justificativas, muitas teoricamente sofisticadas, para o que os motivou a não retratarem a própria experiência, mas esta não é a questão. Por mais que a família venha mudando, há um modelo ideal, normativo ou idealizado de composição familiar que permanece atuando na mentalidade brasileira (não somente brasileira) e o objetivo deste artigo é apresentar alguns aspectos relativos às transformações que vêm ocorrendo na estrutura e relacionamento familiar e, assim, convidar o leitor a buscar compreender e investigar a quase totalmente inexplorada área da construção das concepções infantis de família e relacionamento.

Um breve passeio demográfico

Os dados recentes do Censo de 1996, conforme publicados na *Folha de S. Paulo* (6/8/97) mostram que o país conta com uma população de 157.079.573 habitantes e que, para cada 100 mulheres há, em geral, 97,26 homens. A população vem se tornando cada vez mais velha – a média de idade aumentou de 21,7 anos em 1991, para 23,2 anos –, houve um declínio de mais de 3% no total de indivíduos com menos de 14 anos (atualmente representando 31,62% da população total) e um conseqüente aumento de cerca de 3% da população adulta (hoje 63,01%) e da população idosa; atualmente 5,37% da população tem mais de 65 anos. A taxa de crescimento populacional permanece declinando, e o número médio de filhos por mulher que, em 1980, era de 4,35, hoje é de 2,32 (aqueles dois que todo mundo desenha!) Portanto, as famílias estão ficando menores e cada vez mais idosas. Além disso, permanece nítido o crescimento das famílias chefiadas por mulheres, que em 1970 era de 13,3% e, em 1996, já atingiu os 20,8%.

Destas famílias chefiadas por mulheres, parte significativa é composta por divorciadas. Sendo a dissolução do casamento um fenômeno em acelerado crescimento em todo mundo, é fácil pensar que este número tende a ser cada vez

maior. Considerando especificamente a cidade de São Paulo, a qual congrega a beira dos 10 milhões de habitantes, aqui o casamento legal sofreu uma queda de 11% entre 1980 a 1992. Mesmo tendo crescido o número de uniões informais, este é muito inferior ao aumento das separações, que atinge a ordem de mais de 257%, e dos divórcios, mais de 550%, no mesmo período (Gomes, 1992).

Em 1990, em São Paulo, casavam-se por dia cerca de 553 pessoas, separavam-se 78 e divorciavam-se 76. Entre os que se casavam, alguns poderiam estar fazendo-o pela segunda vez. A mesma pesquisa mostrou que em São Paulo – e também no país – um casamento rompe-se, em média, após 10 anos "o que teoricamente recolocaria no *mercado matrimonial*, homens em torno dos 36 anos e mulheres em torno dos 33, jovens o bastante para recomeçar a vida a dois" (Gomes,1992, p.4) e, devo acrescentar, terem outros filhos.

Considerando os dados publicados pelo IBGE – Pnad, 1993 (*Folha de S. Paulo*, 1996), da população brasileira com mais de 15 anos, em média 43% está casada no civil e/ou religioso. Convive-se hoje com outros mais de 50% de famílias unipessoais, divorciadas, uniões consensuais, viúvos e solteiros.

Em conjunto, estas estatísticas permitem conjeturar que se modificou o significado do casamento e as expectativas dos indivíduos em relação a ele. Mas, estes dados também trazem à luz outras conseqüências: um número cada vez maior de pessoas que se separam enquanto casais permanecerão unidos na função parental e um número cada vez maior de crianças viverá em famílias monoparentais e novamente casadas, afastadas (pouco, muito ou definitivamente) do pai ou mãe biológico e convivendo ou não com um novo cônjuge dos pais, a família de origem e outros filhos deste, os irmãos e irmãs destas possíveis novas uniões, além de todas as idas e vindas desta reconstituição da vida afetiva parental.

A família mudou. Adultos e crianças ajustam-se da mesma maneira? O que permite às crianças chamar (desenhar) um número cada vez maior de arranjos não-tradicionais de "família", enquanto os adultos permanecem identificando-a aos 43% anteriormente citados? Razões psicológicas, intrapsíquicas? Sim, mas também contextuais.

Famílias não-tradicionais

A aplicação dos conhecimentos sistêmicos à família facilitou a compreensão de que, pensada como um sistema, uma família não é uma *coisa*, composta de mãe-pai-filhos (da mesma forma que qualquer sistema não é uma coisa). Trata-se, sim, de um processo que, ao longo do tempo, pelo cuidado, permite o crescimento, a transmissão da experiência, inclusive das normas e narrativas culturais e a diferenciação dos indivíduos. Esta des-identificação da família com o núcleo paren-

to-filial é fundamental, principalmente para a discussão/compreensão das alterações que vêm ocorrendo na organização das famílias e que fez com que, mesmo na própria literatura psicológica, os arranjos familiares que não coubessem no modelo nuclear fossem denominados como não-tradicionais.

Embora eu considere importante apontar o pré-conceito ou estigmatização envolvido no termo "família não-tradicional", trata-se de algo corrente na literatura. São consideradas famílias alternativas ou não-tradicionais aqueles arranjos familiares que diferem da família-padrão, ideal, a saber, a família nuclear composta pelo par conjugal e sua prole biológica. De fato, pode-se mesmo delinear a trajetória de quais arranjos familiares foram sendo considerados alternativos na literatura psicológica e quais os critérios foram justificando sua definição enquanto tal.

Assim, a longa discussão que acabou na delimitação do conceito de *famílias de dupla carreira* provém da introdução das questões relativas aos efeitos do trabalho feminino extra-domiciliar e o desenvolvimento infantil.

Após Spitz e Bowlby terem demonstrado, logo após a II Guerra Mundial, que certas formas de separação mãe-criança poderiam produzir severos efeitos sobre o desenvolvimento da personalidade, muitos autores encararam o trabalho feminino como perigoso para os filhos.

Uma extensa produção de pesquisas buscou fundamentar ou refutar as conseqüências adversas que o trabalho extra-domiciliar das mulheres teria para os filhos. As revisões bibliográficas, já nas décadas de 60 e 70 (Stolz, 1960; Siegel e Haars, 1963; Poznanski, Maxey e Marden, 1970; Bee, 1974) acabavam por utilizar alguma variação da frase: a conclusão geral que pode ser delineada é que não há evidências de distúrbios socioemocionais nas crianças cujas mães trabalham, quando o *cuidado alternativo* proporcionado é estável. O número de pesquisas produzido na época, e mesmo até hoje, faz entrever que o público em geral, e mesmo os psicólogos, são difíceis de serem convencidos.

Assim, o estudo dos cuidados alternativos ou dos sistemas alternativos de criação das crianças, introduziu-se como uma questão relevante, pesquisando-se o efeito dos berçários e pré-escolas (*day care*), dos sistemas coletivos de cuidados – que variaram das "fazendas *hippies*" aos *kibbutzim* – evidenciando cada vez mais a aceitação das alternativas de identidade ou satisfação pessoal para a mulher.

A idéia da satisfação com o *status* ocupacional (quer trabalhe ou não extra-domiciliarmente) já era apontada por Yarrow (1974) e, desde então, suas variações, juntamente com a estabilidade dos cuidados alternativos, tornaram a situação das famílias das mulheres que trabalham extra-domiciliarmente, não mais um objeto de estudo de potenciais problemas de desenvolvimento das crianças, mas sim, da investigação das características das *famílias de dupla carreira*.

Em 1978, quando entrevistei 40 mulheres que trabalhavam ou não extra-domiciliarmente, estando ou não satisfeitas com seu *status* ocupacional, e seus filhos, pude concluir ser exatamente a satisfação ocupacional a variável mais expressivamente associada à experiência positiva e compreensão infantil da situação (Pereira, 1978).

É interessante citar que, naquele momento, embora não tivesse a posse dos conceitos de demandas de modernização (discutidos adiante) e famílias não-tradicionais, perguntava às crianças, que tinham de 7 a 10 anos, se quando crescessem trabalhariam fora ou sua mulher o faria, no caso dos meninos. Obtive como resposta uma consistência com a ocupação materna entre os meninos. Mas, aqueles cuja mãe não exercia atividade profissional, eram inquiridos sobre o que ocorreria caso sua mulher quisesse "trabalhar fora" e como seus futuros filhos sentir-se-iam. *Contrariamente ao universo vivido em casa, eles respondiam que* então a esposa o faria e os filhos gostariam, porque "ela gostava", apontando o reconhecimento da satisfação como algo fundamental a ser considerado. Já as meninas, independentemente do grupo, aspiravam o trabalho extra-domiciliar, embora argumentassem que, caso o marido não quisesse, não o fariam, ou escolheriam uma "profissão que não atrapalhasse os filhos, porque aí o marido não se importaria", mostrando, mesmo então, um treinamento diferencial da mulher para a submissão.

No ano de 1982, no Prefácio a um volume denominado *Nontraditional Families: Parenting and Child Development*, Lamb lembrava que "Mesmo hoje, a família tradicional (a família ideal que contém uma mãe dona-de-casa e um pai provedor) é freqüentemente lembrada romanticamente e nostalgicamente por aqueles que lamentam seu desaparecimento...". Neste mesmo Prefácio, o autor acrescentava que seu livro continha artigos sobre as seguintes famílias alternativas:

> ... aquelas nas quais ambos os pais trabalham foram de casa, famílias nas quais o pai divide as responsabilidades do cuidado com suas esposas mais eqüitativamente do que nas famílias tradicionais; famílias monoparentais chefiadas por homens e por mulheres; estilos de famílias "alternativas" onde as mães deliberadamente escolhem evitar o casamento... (p. ix).

Como é possível concluir, não é mais o efeito do trabalho feminino que dirige a investigação, mas os correlatos da dupla carreira, da divisão dos cuidados e a emergência da preocupação com os arranjos monoparentais. O uso da terminologia *não-tradicional* ressalta a contraposição a um padrão ideal, a um modelo, mais que uma situação alternativa, impregnada até de um momento histórico de *contracultura*.

Embora ainda se encontre a utilização da noção de famílias não-tradicionais, o número de arranjos dessa natureza tornou-se tão elevado que só reflete o quanto

os investigadores, de fato, ainda são motivados por um ideal em extinção: o casamento indissolúvel do pai provedor com a dona-de-casa.

Analisando as principais revistas de psicologia do desenvolvimento e terapia familiar (Souza, 1994), pude perceber que a escalada do divórcio – sentida a partir dos anos 70 e intensificada a partir dos 80 – deslocou o foco de atenção da investigação e do enquadramento do divórcio como famílias não-tradicionais, para o estudo da dinâmica das famílias monoparentais e as que levam o nome de reconstituídas ou recompostas e para as questões de guarda e disputa. E eu não posso deixar de marcar, novamente, o papel do modelo idealizado persistente no uso dos termos "recomposta" ou "reconstituída".

A década de 90 está exigindo, além disso, o estudo das mães de *produção independente* e das famílias adotivas, não porque esteja havendo também uma escala da adoção, mas porque o tema interconectou-se com as questões das famílias homossexuais. É óbvia a premência de informações sobre o que ocorre psicologicamente com todos estes "novos" arranjos familiares, mas ainda são maiores os desafios no sentido de compreender como a criança, por ela mesma, convive com estas experiências.

Hoje, apesar do interesse clínico e da mídia, o campo dos trabalhos empíricos sobre as *famílias homossexuais* masculinas ou femininas ainda é pouco produtivo; há generalizações – e artigos – a partir das teorias vigentes, mas pouca investigação de campo. Em linhas gerais, não são verificados os hipotetizados problemas de identificação sexual nos filhos de pais ou mães homossexuais (Miller, 1979; Bozett, 1981; Patterson, 1992; Javaid, 1993). As mães homossexuais tendem a esperar que os filhos de ambos os sexos casem-se e tenham filhos, realizando, portanto, escolhas heterossexuais (Javaid, 1993).

A competência parental destes homens e mulheres não está associada à sua escolha sexual. Ao contrário, o estudo de Flaks, Fisher e Joseph (1995), ao comparar famílias heterossexuais e lésbicas, verificou que não há diferenças entre os grupos de crianças filhas destes dois arranjos quanto ao funcionamento e ajustamento do comportamento geral, e que, se comparadas, as mães lésbicas tendem a ser mais sensíveis às necessidades dos filhos. Nesta direção, os pais *gay* é que parecem vivenciar mais problemas de identidade, ao buscarem se comportar segundo dois padrões de comportamento de pai/homem e no mundo particular *gay* (Miller, 1979; Bozett, 1991).

No Brasil, só foi encontrado o relato de um atendimento clínico a uma família lésbica, mas focado na discussão dos conflitos conjugais (Dias, 1994)[1]. As particularidades da representação social e inserção do homossexual na família brasileira

1 Dias, M. L. (1994) II Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, São Paulo.

levantam dúvidas sobre a possibilidade de uma transposição das informações americanas. Fica assim totalmente aberta a área de investigação e as necessidades de atendimento e orientação aos relacionamentos familiares e compreensão deles.

Quanto ao *divórcio*, até hoje, nada foi feito que contradissesse o produzido por Hetherington (1979), que investigou exaustivamente o processo de ajuste familiar à separação. O desequilíbrio da família como um todo tende a se incentivar um ano antes do rompimento e demora cerca de mais um ou dois (máximo de cinco) para a família encontrar um novo padrão estável de funcionamento. Nas palavras da autora:

> ... estas constatações sugerem que, a longo prazo, não convém para os pais manter um casamento conturbado para poupar as crianças se a alternativa for um lar estável com um dos pais. A longo prazo, as desavenças do casal podem se associar a resultados mais adversos, para os filhos, que o divórcio. (p. 262)

Em geral, os efeitos negativos do divórcio sobre a criança estão relacionados às dificuldades parentais no estabelecimento de um "divórcio emocional" que os leva a manterem-se em disputa, mesmo que espacialmente separados. Outros autores (Santrock e Warshac, 1986; Wallerstein e Kelly, 1980) também afirmam que é a alta qualidade de relacionamento com o pai não residencial o principal suporte para a criança, reduzindo seu medo de ser abandonada e de perder o amor dos pais, e confirmando o fato de que o conflito parental não a envolve.

As pesquisas citadas foram feitas nos Estados Unidos. No Brasil, encontra-se um trabalho realizado por Ribeiro (1989) que investigou como 23 adolescentes, residentes em Brasília, sentiram-se na época da separação dos pais, as coisas boas e desagradáveis decorrentes. A autora enfatiza que, segundo a percepção dos jovens, quando o conflito parental é muito grande e prolongado, a separação é um alívio e eles preferem-na. Da mesma pesquisadora, há ainda um estudo sobre a percepção que os adolescentes têm das relações familiares, a qual é caracterizada como positiva e satisfatória (Ribeiro, 1992). De fato, o que foi verificado nada acrescenta aos estudos já citados; há apenas semelhanças.

A família mudou e continuará mudando. Suas modificações, como tentei vir mostrando, são de duas ordens, mutuamente implicadas: mudanças estruturais (demográficas) e mudanças ideológicas, no sentido de um ideal democrático ou igualitário de relacionamento.

O aumento das *produções independentes*, dos casais homossexuais, buscando orientação em consultórios devido ao desejo de adotar uma criança, dos homens querendo a guarda ou compartilhar da guarda com as ex-parceiras, após o divórcio, e o aumento da própria taxa do divórcio e das famílias produto de segundas, terceiras uniões dos pais, no entanto, não têm sido suficientes para promover uma aceitação geral dessas famílias como "normais" e não, ou como a

fonte, em si mesma, de dificuldades infantis. O fato de teóricos e pesquisadores do ciclo vital da família conceberem o divórcio como uma transição previsível no ciclo da vida familiar, ou todo o conjunto de pesquisas realizadas em psicologia do desenvolvimento, mostrando que **não** são as transformações da família que **causam** as dificuldades de comportamento infantil; no entanto, não conseguiram fazer com que muitos dos psicólogos abandonassem o diagnóstico da situação como em si mesma patogênica.

Desde 1990, venho estudando a experiência do divórcio e das famílias monoparentais com base na vivência do adulto (Souza, 1992[2]; 1993[3], 1994; 1995a[4]). Em 1994, iniciei uma investigação sobre a experiência das crianças frente ao divórcio dos pais (Souza, 1995b). Antes, como já mencionei, havia estudado como a criança concebia/vivenciava o trabalho materno extra-domiciliar remunerado (Pereira, 1978), bem como alguns aspectos da experiência dos filhos de "mães solteiras" (Pereira, 1980), tendo sido possível concluir que a qualidade da experiência familiar, e não o fato da família ser considerada não-tradicional, é o grande definidor da "saúde" infantil. Estes estudos também permitiram-me perceber – o que não causa qualquer espanto – que a forma como a criança concebe sua experiência tende a ser mais flexível do que a de seus pais ou dos adultos em geral.

A narrativa cultural e as demanda de transformação

A última década introduziu na psicologia as questões da modernidade e da pós-modernidade. No campo dos estudos psicológicos sobre a família, esta discussão tende a organizar-se segundo duas vertentes: a primeira é representada por aqueles que descrevem as *famílias modernas* e as *pós-modernas*, tendo como referencial o momento histórico; a segunda, pelos autores que discutem as denominadas *demandas de modernização* (de transformação, como prefiro chamá-las), referindo-se a um conjunto específico de aspectos relativo à pós-modernidade (O'Hara e Anderson, 1991; Doherty, 1991) ou à radicalização da modernidade (Guiddens,1990; 1992), mas concentram-se na investigação/compreensão das *descontinuidades da experiência* correlativos da aceleração do *ritmo de mudança.*

A *família moderna,* ou seja, a restrita família nuclear ou conjugal, produto da ascensão da burguesia industrial, foi o produto de uma grande mudança de natureza psicológica: uma grande revolução afetiva que se concentrou no interior da

2 Souza, R. M. (1992) Subsídios para a organização de grupos de pais singulares. Pesquisa apresentada na XLIV Reunião Anual da SBPC, São Paulo.

3 Souza, R. M. (1993) Single parents growing groups. Pesquisa apresentada como parte do workshop Single families. V World Congress of Family Therapy, Amsterdã.

4 Souza, R. M. (1995a) Single-families in Brazil. The World Federations for Mental Health. Tema livre, Dublin.

família e teve, na relação provedor-dona-de-casa, um novo modelo de casamento (definido pela escolha amorosa) e o sustentáculo de uma família que acolhe o desenvolvimento infantil saudável em seu sentido mais amplo e se responsabiliza por ele. Este modelo descreve a família do século XIX até meados da década de 60. Nos anos 60, emergiram as *famílias pós-modernas*, que incorporam o feminismo, o questionamento da divisão e hierarquia de trabalho, os domínios e identidades cristalizados, e podem ser identificadas com as famílias alternativas descritas na literatura de psicologia do desenvolvimento.

O estudo das *demandas de modernização* refere-se à compreensão dos processos decorrentes das pressões que exigem novas adaptações ou o desenvolvimento de padrões relacionais para que se incorporem, na vida familiar, as alternativas de satisfação para a mulher, a função do homem no universo doméstico, o questionamento das hierarquias de papel, e tudo de maneira rápida e sem que se encontre "no passado" o orientador para o enfrentamento do presente/futuro. O foco de análise está, então, na compreensão das tensões relativas às exigências de produzir novas respostas – ser moderno, atual – de maneira tão rápida que tornam a descontinuidade entre modelo tradicional e a experiência vivida uma ruptura. Se, no passado, as transições (modernizações) ocorriam com o passar de uma geração para outra, o ritmo de exigência de mudança, hoje, faz-se sentir sobre cada um, muitas vezes, ao longo de um ciclo vital individual.

É necessário entender algumas das condições macrossistêmicas implicadas na concepção de família no Brasil, para dar conta de como a transformação vem se processando e qual o sofrimento resultante. Sem a localização do lugar que a família ocupa na subjetividade brasileira, é difícil compreender alguns dos correlatos psicológicos da experiência de transformação familiar.

Lynn Smith (citada em Medina, 1974) comparou a instituição formadora principal na constituição do Estado, nos Estados Unidos, América Espanhola e Brasil. Segundo a autora, enquanto nos Estados Unidos a escola foi o principal agente formador e na América Espanhola a Igreja desempenhou esta função, no Brasil, a família ocupou o papel de instituição principal.

Historiadores, sociólogos e antropólogos (Almeida *et al.*, 1987; Muricy, 1987; DaMatta, 1987; Kuznesof, 1989; entre outros) têm descrito como a família ocupa uma posição central, fazendo com que a relação indivíduo-Estado, indivíduo-lei, seja diminuída em favor da proteção familiar, a qual transcende os vínculos meramente sangüíneos, para conter as "pessoas da casa".

Vários autores apontam a centralidade que a família tem no Brasil, enquanto orientadora da subjetividade. Assim, Almeida *et al.* (1987) afirma que a família é uma matriz ética, enquanto Muricy (1987) descreve-a como um agente ordenador

social. Para DaMatta, ela é um valor, "um ponto para o qual tudo deve tender" (1987, p. 425).

Os trabalhos que venho realizando, junto a homens e mulheres divorciadas e mães não-casadas, têm evidenciado os reflexos deste processo. Psicologicamente falando, é possível verificar a existência de um mito relativo à família perfeita ou intacta, no sentido da família nuclear, mesmo que esta seja mais uma exceção do que a regra. Nestas circunstâncias, divorciar-se, ser uma mãe-solteira ou filho de mãe-solteira, recobre-se de ofensa, fracasso e desproteção. O sofrimento diante da separação, abandono ou dissolução do relacionamento transcende o rompimento afetivo, potencializando-se.

Ao lado da dor do rompimento do laço amoroso, dos sentimentos de fracasso, das dificuldades materiais e de organização concreta da vida, os indivíduos convivem com o que defini como "experiência de transgressão". Embora o divórcio seja juridicamente legal, no universo psicológico (individual e coletivo) brasileiro trata-se de uma transgressão que traz consigo a vergonha e a culpa por dividir-quebrar-romper a família e, com isso, esfacelar a imaginada proteção dela emanada (Souza, 1993, 1995a). Enquanto nas sociedades protestantes a infidelidade é uma grande ofensa, no País, tende-se a ser mais permissivo a ela do que ao divórcio.

Tanto Figueira (1986, 1992) como DaMatta (1991) apontam como há um "jeito brasileiro" de ajustar-se às demandas de transformação, mudando a abordagem, mas deixando viva a tensão relativa ao ajuste apenas periférico.

Os ideais igualitários que se fizeram sentir em todo o mundo, nos últimos 30 anos, parecem ter sido absorvidos de forma particular pela família brasileira. Figueira (1992), ao discutir a desorientação dos indivíduos com as pressões de modernização, fez uso da noção de desmapeamento: "perdeu-se o mapa para orientação" (p.84). Meu trabalho (Souza, 1994) obrigou-me a repensar esta noção, considerando que o processo dos indivíduos torna-se doloroso, não porque haja um desmapeamento, exigindo respostas novas, mas pela coexistência de "mapas" sobrepostos, como se um segundo modelo mais "moderno" fosse, em transparência, sobreposto ao primeiro e arcaico, gerando ora um encaixe perfeito, ora uma dupla orientação, ora novas possibilidades.

Como o próprio Figueira (1986) afirmou, por ser uma sociedade eminentemente hierárquica e "pela velocidade do processo no Brasil, o que se tem é a aquisição de novas identidades que se sobrepõem às antigas identidades posicionais, sem contudo alterá-las substancialmente" (1987, pp. 17-18) ou, como denominou-as, "modernizações reativas".

A compreensão da centralidade da família, como núcleo orientador da vida social, e seu confronto com a realidade da experiência de transformação, no Brasil, e, provavelmente, também em outros países latinos, obriga, igualmente, a discus-

são do psicólogo enquanto profissional, nesta realidade particular, e seu papel como um agente perpetuador de teorias limitantes para os indivíduos e grupos. Ou seja, exige o enfrentamento do conhecimento psicológico como um agente construtor e mantenedor da *realidade.*

Os sujeitos que estudei (Souza, 1992, 1993, 1994), homens e mulheres de diferentes idades e nível socioeconômico (mais de 100 horas de entrevista individuais ou grupais), em sua maioria, subvalorizavam sua capacidade parental, vendo menos o conflito (conjugal) como um problema do que a culpa por serem – terem produzido – uma família "incompleta ou quebrada", que já não pode mais proteger. Tal circunstância, então, inibe a capacidade de ajustarem-se ao funcionamento de família monoparental, bem como define um elemento continuado de tensão pós-conjugal.

A principal decorrência deste processo traduz-se numa percepção fragilizada da criança *vítima desta desproteção.* Neste panorama, mesmo que o divórcio lhe traga o alívio frente à supressão da convivência diária com o conflito conjugal, ela permanece prisioneira dos sentimentos parentais.

No mundo próximo da criança, principalmente hoje, não existem só os pais. Cada vez mais, elas passam o tempo com outras crianças, na escola, nas atividades extracurriculares, com a televisão e a *internet.* Neste mundo infantil, não ser filho de mãe que trabalha causa espanto; ser o filho de divorciados é o esperado, de "produção independente" já é freqüente. Tudo isso não será para elas o cotidiano, padrão – o normal ?

Em certo sentido, perguntar às crianças torna-se um meio de buscar entender como a transformação, enquanto ajuste possível, está se processando. Quais são os arranjos familiares aos quais a criança atribui o significado de *usuais*?

Como elas convivem com a idealização da família? Frente às demandas de transformação, seria a experiência de nossas crianças semelhante àquela de crianças de outros países? Quais alternativas a criança percebe?

Mas, também, cabe investigar a "produção da realidade" que se realiza pela psicologia e por uma psicologia incorporada ao cotidiano, aos programas de TV e às revistas: estão mais ou menos envolvidos na perpetuação desta experiência singular de proteção/desproteção familiar? E, além da mídia, o que dizer do contexto escolar e dos livros infantis?

Neste ponto, é possível identificar duas grandes necessidades. É fundamental que se processem estudos sobre as conseqüências e correlatos psicológicos das transformações que estão, aceleradamente, impondo-se à família brasileira, enquanto conjunto de pessoas e, particularmente, sobre a experiência das crianças nestas circunstâncias. Mas, também, é imprescindível que se constate a importância da investigação a partir do ângulo, o da construção da realidade.

A criança na família em transformação

Quais são os pontuadores usados por uma criança para considerar algo como família ou não? Uma família monoparental será considerada por ela uma família quebrada, na qual **falta** alguém? Tratar-se-á, talvez, de um arranjo tão tradicional quanto aquele onde há pai-mãe-filhos? E o que é o divórcio, para elas? Como ocorre?

Há a necessidade de investigações sobre os efeitos emocionais das transformações familiares, mas também dos aspectos de compreensão (cognição) envolvidos. Especificamente, o divórcio é um rompimento. Rompimentos são dolorosos e exigem a elaboração de um luto. Há lutos "normais" e lutos "patológicos".

Os estudos que buscam produzir ações ou grupos de apoio para "os filhos do divórcio" (Gardner, 1980; Issacs, Montalvo e Abelson, 1987; Schwartz, 1992; Farmer e Galaris, 1993) têm apontando o papel da competência cognitiva da criança. Nas palavras de Schwartz: "A maneira como a criança percebe o divórcio dos pais e responde a ele varia em função da idade, gênero, nível de conflito parental, arranjo de cuidados alternativos, personalidade e competência individual, redes disponíveis de apoio e seu nível de desenvolvimento cognitivo". (p. 324)

Outros autores ressaltam ainda a importância da capacidade infantil para perceber e compreender o conflito parental (Grych, Seid e Finchan, 1992; Paterson, Field e Pryor, 1994) bem como decodificar e diferenciar padrões de emoção (Cummings, Ballard, El-Sheik e Lake, 1991; Dunn, Brown e Beardsall, 1991; Fabes, Eisenberg *et al.* 1994) e, assim, enfrentar o *stress* associado aos antecedentes da separação.

Schwartz (1992) ainda destaca "a importância dos profissionais estarem conscientes do impacto da maturidade cognitiva da criança". (p. 324) Em decorrência, há a necessidade de produzirem-se informações que apóiem a criança na transição do divórcio e outras transformações, principalmente considerando-se sua escalada. Se a família está mudando, é necessário que todos se tornem capazes de conversar com as crianças a respeito de família, separação, recasamento, em casa, nas escolas e nas audiências legais. Para tanto, também se faz necessário o acesso ao seu universo cognitivo e lingüístico a respeito.

Cognição Social

Nos manuais mais clássicos de psicologia do desenvolvimento editados nos anos 90 (Mussen, Conger, Kagan e Hustonl, 1995; Bee, 1993) são encontrados capítulos ou tópicos dedicados à cognição social. Assim, Bee considera que "cog-

nição social é o termo usado para descrever uma área relativamente nova de teoria e pesquisa que se centra na *compreensão* infantil das relações sociais". (p. 456)

Mussen *et al.* (1995) caracterizam o aparecimento da cognição social como conseqüência do reconhecimento, por parte dos psicólogos, de que as "reações sociais e emocionais das crianças dependem, em parte, de como elas pensam". (p. 343) Os autores continuam, citando Flavell, o qual afirma que, "em termos amplos, a cognição social se refere à percepção, ao pensamento e ao raciocínio sobre os seres e as questões humanas". (p. 343)

Uma definição mais consistente e completa, a qual abarca as anteriores, baseia-se no trabalho de Damon e é usada por Fu, Goodwin, Sprakowiski e Hilkle (1987):

> Cognição social é a compreensão das relações sociais, objetos sociais e eventos sociais. Os estudos iniciais nesta área centralizaram-se no desenvolvimento da percepção das pessoas e da habilidade de inferência social mas a cognição social envolve mais... envolve a compreensão das relações entre os próprios sentimentos, pensamentos e ações tanto quanto as relações entre este fatores pessoais e os de outras pessoas. Assim, a partir de uma perspectiva cognitivo social, é possível compreender que a interação social é dependente da organização pessoal dos conceitos sociais e da habilidade de coordenar e integrar perspectivas. (pp. 153-154)

Embora a área da cognição social venha crescendo, o interesse dos pesquisadores tem recaído mais sobre o estudo da formação dos vínculos, disciplina, resolução de conflitos, percepção de emoções e julgamento. Ainda são poucos os estudos voltados para a concepção de família e seus desdobramentos, apesar de ser a família a instância básica de intermediação entre o mundo interno individual e a realidade social.

O Conceito de Família

Durante a década de 20, Piaget (1972) trabalhava com aspectos do pensamento verbal, tendo realizado uma investigação sobre o conceito de família. Discutia questões associadas ao egocentrismo e ao realismo. Segundo ele, a construção infantil da noção de família passa por três estágios.

> No primeiro, a criança chama de família as pessoas que tem ao redor de si: não se interessa pelas relações de parentesco e a define pela moradia e sobrenome. No segundo estágio, a criança usa a noção de parentesco, porém limita a família aos parentes que estão realmente a seu redor. No terceiro estágio, finalmente, a definição é generalizada a todos os parentes. (p. 94)

Descreve-se, assim, um processo gradativo de descentração. Obviamente, na Suíça da época, questões como divórcio, famílias monoparentais ou homossexuais não faziam parte do universo social, de modo a complicar a situação de Piaget. Passaram-se décadas antes que fosse necessário retornar-se ao seu trabalho.

Os estudos atuais, mesmo que procedendo de maneira diferente, pouco acrescentaram à certeza de um processo evolutivo. A definição de família por parte dos pré-escolares está baseada em dimensões observáveis como residência comum ou função/papel familiar. Os escolares utilizam-se de aspectos mais abstratos como vínculos afetivos, biológicos e legais (Moore, 1977; Fu *et al.*, 1987; McCollum, 1981; Gilby e Pederson, 1982; Wedemeyer, Bickhard e Cooper, 1989; Borduin, Mann, Cone e Borduin, 1990).

Newman, Roberts e Syré (1993) criticaram a relação estabelecida entre processo cognitivo apenas avaliado através do grau escolar, realizando uma avaliação direta, mais refinada, e expandiram a faixa etária analisada para a dos 4 aos 20 anos, realizaram muitas associações entre critérios de vinculação, mas não alteraram, significativamente, as conclusões anteriores.

Quanto ao papel de variáveis específicas, embora o **sexo** da criança pareça interferir, os resultados são inconclusivos. Fu *et al.*(1987) não verificaram relação entre sexo e atributos usados para definir família ou divórcio. Moore (1977) afirmou que as meninas evidenciam conceitos mais sofisticados que os meninos, enquanto Borduin *et al.* (1990) verificaram que tanto a idade quanto diferenças de gênero afetam o conceito de família, embora acabem por concluir que os efeitos podem ser atribuídos à socialização diferencial. Já, Wedemeyer *et al.* (1989) averiguaram que a complexidade do conceito está fortemente relacionada ao estágio de desenvolvimento cognitivo e menos em relação ao sexo. O único efeito do sexo referiu-se à maior freqüência do uso do critério co-residência pelas meninas. Outros estudos mencionados por Newman *et al.* (1993), aos quais não tivemos acesso, parecem apontar tal ligação.

Quanto ao **status conjugal dos pais**, Moore (1977) verificou que as crianças de famílias divorciadas demonstravam maior consciência dos vínculos emocionais e do número de adultos envolvidos numa família. Wedemeyer *et al.* (1989) observaram também que a conjugalidade estava associada a vários critérios de definição de família. Crianças provenientes de famílias divorciadas relatavam mais fatores emocionais e menos pertinência. Se estavam no período pré-operacional, também mencionavam mais as funções domésticas, mas, se estivessem no estágio operatório concreto ou formal, apontavam mais as funções domésticas do que as crianças de famílias com ambos os pais. Os filhos de famílias divorciadas parecem ser mais capazes de reconhecer uma família monoparental como família (McCollun, 1981).

As crianças menores não são capazes de definir o divórcio como um descasamento legalizado: identificam-no à separação física dos cônjuges. Durante o período operatório concreto, as crianças referiram-se à distância psicológica ou emocional entre os cônjuges e, posteriormente, à dissolução do casamento (McCo-

llun, 1981; Lowry, 1980; Marzur, 1993). Brodzinsky, Singer e Braff (1984) apontam os mesmos resultados quanto à compreensão da adoção. Estes estudos não assinalaram qualquer relação com sexo ou estrutura familiar.

Com base nestes trabalhos, é possível imaginar que as crianças mais velhas ou com nível cognitivo mais alto utilizem-se de critérios mais abstratos em suas definições de família, bem como que possam oferecer definições mais detalhadas do divórcio, enfatizando também aspectos menos observáveis deste processo. No mesmo sentido, deverá ampliar-se gradativamente a capacidade de aceitar composições menos tradicionais dentro da noção de família. O papel do gênero e do *status* conjugal dos pais poderá ou não fazer uma diferença.

Além dos dois trabalhos citados anteriormente (Ribeiro, 1989, 1992), só foi encontrado um que investiga algum conteúdo sobre concepção de relacionamento infantil, no Brasil. Trata-se de um estudo também realizado com adolescentes (Chaves, Botelho, Audasi, Maranhão e Santos, 1993), que buscou caracterizar a representação social de família entre 97 estudantes de segundo grau de escolas públicas e particulares de Salvador. Não foram encontradas diferenças em função do tipo de escola e, para a maioria dos jovens, família era sinônimo de união, confiança e apoio.

De fato, se está longe da possibilidade de realização de estudos sobre os efeitos de uma variável ou outra, pois, no País, nada se conhece sobre o que ocorre com crianças brasileiras. Obviamente, é de se esperar um aumento na complexidade do conceito, conforme haja ganho na capacidade cognitiva, mas isso Piaget já verificara 70 anos atrás. A questão maior refere-se à análise do conteúdo dos conceitos, concentra-se em caracterizar o "mapa" que as crianças conseguem desenvolver de modo a orientar-se no emaranhado de variações de relacionamento interpessoal/familiar. É vital identificar:

- Quais são os diferentes pontuadores usados por crianças de diferentes idades para caracterizar um arranjo familiar como uma família?
- Quais arranjos estão ou não incluídos no conceito e por que, isto é, qual o grau de flexibilidade admissível?
- Quem são os membros de uma família e quais não o são? Qual o conteúdo de cada função?
- Como descrevem padrões de relacionamento como o namoro, o "ficar", o casamento, o divórcio, novas relações afetivas dos pais pós-separação, quais consideram reversíveis e quais irreversíveis? Quais são permitidos e a quem?

O número de perguntas, como busquei apontar, é enorme. Estando engajada, atualmente, em um trabalho sobre quais arranjos familiares são compreendidos pelas crianças pré-escolares e escolares como "famílias", como compreendem o divórcio e suas decorrências, posso antecipar que é possível antever uma flexibi-

lidade cognitiva maior do que as generalizações teóricas permitiriam antever. Além disso, muitos padrões e justificativas particularmente importantes para o campo das disputas de guarda estão emergindo. Assim, fica o convite à investigação.

Referências bibliográficas

Almeida, A. M. (1987) – **Pensando a Família no Brasil.** Rio de Janeiro, Espaço & Tempo/ Editora da EFRJ.

Bee, H. (1974) – The effect of maternal employment on the development of the child. In: Helen Bee (org.) **Social Issues in Developmental Psychology.** New York, Harper & Row Pub.

Bee, H. (1993) – ***The Developing Child***. New York, Harper & Row Pub, 5ª edição.

Borduin, C. M.; Mann, B. J.; Cone, L., e Borduin, B. J. (1990) – Development of the concept of family in elementary school children. **Journal of Genetic Psychology**, **151**, pp. 33-43.

Bordzinsky, D.; Singer, L. M. e Braff, A. M. (1984) – Children's understandig of adoption. **Child Development, 55**, pp. 869-878.

Bozett, F. W. (1981) – Gay fathers: evolution of gay-father identity**. American Journal of Orthopsychiatry, 51** (3), pp. 552-559.

Chaves, A. M.; Botelho, A.C.; Audasi, E.; Maranhão, W.; e Santos, M. (1993) – Re-presentação social de família entre jovens estudantes de escolas públicas e particulares. **Estudos de Psicologia**, **10**(2), pp. 9-19.

Cummings, E. M.; Ballard, M; El-Sheikh, M.; e Lake, M. (1991) – Resolution and children's responses to interadult anger. **Developmental Psycholgy, 27**, 3, pp. 462-470.

DaMatta, R. (1987) – A família como valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: A. M. Almeida *et al.* (org.) **Pensando a Família no Brasil**. Rio de Janeiro, Espaço & Tempo – Ed. da UFRJ.

DaMatta, R. (1991) – **A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan S/A.

Doherty, W. (1991) – Family therapy goes postmodern. **The Family Therapy Networker,** vol. 15, n. 5, pp. 36-42.

Dunn, J.; Brown, J.; e Beardsall, L. (1991) – Family talk about feeling states and children's later understanding of others' emotions. **Developmental Psychology**, vol. 27, n. 3, pp. 448-455.

Fabes, R. A.; Eisenberg, N.; *et. al.* (1994) – Socialization of Children's vicarious emotional responding and prosocial behavior: relations with mothers'perceptions of children's emotional reactivity. **Developmental Psychology, 30** (1), pp. 44-55.

Farmer, S. e Galaris, D. (1993) – Support groups for children of divorce. **The American Journal of Family Therapy**, vol. 21, n. 1, pp. 40-50.

Figueira, S. A. (1986) – O "moderno" e o "arcaico" na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: S. A. Figueira (org.) **Uma Nova Família**? Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora.

Figueira, S. A. (1992) – A família de classe média atual no Rio de Janeiro: algumas considerações. **Psicologia da USP**, vol. 3 (1/2), pp. 83-105.

Flaks, I. F.; Fisher, F. M.; e Joseph, G. (1995) – Lesbians choosing motherhood: a comparative study of lesbian and hoterossexual parents and their children. **Developmental Psychology, 31**, pp. 105-114.

Folha de S. Paulo, de 21/4/96.

Fu, V. R.; Goodwin, M. P.; Sporakowki, M. J.; e Hilkle, D. E. (1987) – Children's thinking about family characteristics and parents attributes. **Journal of Genetic Psychology, 148**, pp. 153-166.

Gardner, R. A. (1980) – **Casais Separados: a Relação entre Pais e Filhos.** São Paulo, Ed. Martins Fontes.

Gilby, R. L. e Pederson, D. R. (1982) – The development of child's concept of the family. **Canadian Journal of Behavioral Science, 14**, pp. 110-121.

Gomes, E. U. S (1992) – O casamento está mudando? **Conjuntura Demográfica**, 20/21, pp. 1-6.

Grych, J. H.; Seid, M.; e Finchan, F. D. (1992) – Assessiong marital conflict from the child's perspective: the children's perception of interparental conflict scale. **Child Development, 63**, pp. 558-572.

Guiddens, A. (1990) – **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo, Editora da Unesp.

Guiddens, A. (1992) – **As Trasformações da Intimidade**. São Paulo, Editora da Unesp.

Hetherington, M. (1979) – Divorce: a child's perspective. **American Psychologist,** vol. 34(10), pp. 851-858.

Issacs, M. B.; Montalvo, B.; e Abelson, D. (1986) – **The Difficult Divorce.** New York, Basic Books, Inc. Pub.

Javaid, G. A. (1993) – The children of homosexual and heterosexual single mothers. **Child Psychiatry and Human Development, 23**(4), pp.235-248.

Kuznezof, E. A. (1989) – A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social. **Revista Brasileira de História**, vol. 9, pp. 37-63.

Lamb, M. E. (1982) – **Nontradional Families: Parenting and Child Development**. Hillsdalle, Lawrence Erlbaum As Pub.

Levin, I. e Trost, J. (1992) – Understanding the concept of family. **Family Relations, 41**, pp. 348-351.

Lyotard, J-F. (1985) – **The Post-Modern Condition**. Minneapolis, University of Minnesota Press.

Lowry, C. B. (1980) – A cognitive developmental analysis of children's understanding of social relationships: friendship, marriage and divorce. **Dissertation Abstracts International, 41**, pp. 3579b.

Mann, B. J.; Borduin, C. M.; Cone, L. T.; Borduin, B. J.; e Sylvester, C. E. (1992) – Children's concepts of family. **Journal of the American Academy of Child and Adolescents Psychiatry, 31**, pp. 478-482.

Marzur. E. (1993) – Developmental differences in children's understanding of marriage, divorce and remarriage. **Journal of Applied Developmental Psychology, 14**, pp. 191-212.

McCollum, M. G. (1981) – Children's concepts of family and divorce. Doutoral dissertation. Indiana Univertisty at Bloomington, 1980. **Dissertation Abstracts International, 41**, pp. 3209b.

Medina, C. A. (1974) – **Família e Mudança**. Petrópolis, Vozes.

Melton G. B. e Wilcox, B. L. (1989) – Changes in family law and family life: challenges for psychology. **American Psychologist, 44**, pp. 1213-1216.

Miller, B. (1979) – Gay fathers and their children. **The Family Coordinator, 28** (4), pp. 544-552.

Moore, N. V. (1977) – Cogntive level, intactness of family and sex in relation to the child's development of the concept of family. **Dissertation Abstracts International, 37**, pp. 4117b-4118b.

Muricy, K. (1987) – O indivíduo e a sociedade em Machado de Assis. In: A. M. Almeida *et al.* (org.) **Pensando a Família no Brasil**. Rio de Janeiro, Espaço & Tempo – Ed. da UFRJ.

Mussen. P. H.; Conger, J.J.; Kagan e Huston, A.C. (1995) – **Desenvolvimento e Personalidade da Criança**. 3ª edição, São Paulo, Harbra.

Newman, J. L.; Roberts, L. R.; e Syré, C. (1993) – Concepts of family among children and adolescents: effects of cognitive level, gender and family structure. ***Developmental Psychology,*** 29(6) pp. 951-962.

O'Hara, M. e Anderson, W. T. (1991) – Welcome to the postmoderns world. **The Family Therapy Networker**, vol. 15, n. 5, pp. 18-26.

Paterson, J. E.; Field, J.; e Pryor, J. (1994) – Adolescents' perceptions of their attachment relationships with mothers, fathers and friends. **Journal of Youth and Adolescence**, vol. 25(3), pp. 579-599.

Patterson, C. J. (1992) – Children of lesbian and gay parents. **Child Development. 63**(5), pp. 1025-1042.

Pereira, R. S. (1978) – O significado do trabalho materno do ponto de vista da criança. Dissertação de mestrado, PUC-SP.

Pereira, R. S. (1980) – Uma experiência de implantação de um serviço de atendimento psicológico junto à comunidade da igreja de Santo Afonso. **Revista da PUC-SP**, (1-4), pp. 63-64.

Piaget, J. (1972) – **O Raciocínio na Criança**. São Paulo, Distribuidora Record.

Poznanski, E.; Maxey, A.; e Marden, G. (1970) – Clinical implication of maternal employment: a review of research. **American Academy of Child Psychiatry, 9**, pp. 125-144.

Ribeiro, A. (1989) – Separação conjugal: O que os filhos acham e como se sentem? **Estudos de Psicologia, 2**, pp. 25-40.

Riberiro, A. (1992) – Relações familiares; a percepção dos filhos adolescentes. **Estudos de Psicologia, 9**(1), pp. 27-42.

Santrock, J. W; Washac, R. A.; e Elliot, G. L. (1982) – Social Development and parent-child interaction. In: M. E. Lamb (org.) **Nontradional Families: Parenting and Child Development.** Hillsdalle, Lawrence Erlbaum As Pub.

Santrock, J. W. e Warshac, R. A. (1986) – Development of fathers custody, relationship and legal? Clinical considerations in fathers custody. In: M. E. Lamb (org.) **The Fathers Role: Applied Perspectives**. New York, John Willey Sons.

Schwartz, L. L. (1992) – Children's perceptions of divorce. **The American Journal of Family Therapy**, vol. 20(4), pp. 324-332.

Siegel, S. e Haas, M. B. (1963) – The working mothers; a review of research. **Child Development, 34**, pp. 513-542.

Souza (1994) – Paternidade em transformação: o pai singular e sua família. Tese de doutoramento, PUC-SP.

Souza, R. M. (1995b) – Os filhos do divórcio. In: R. M. S. de Macedo (org.) **Terapia Familiar no Brasil – O estado da Arte**. São Paulo, APTF.

Stolz, L. M. (1960) – Effects of maternal employment on children: evidence from research. **Child Developmen, 31**, pp. 749-782.

Wallerstein, J. e Kelly, J. (1980) – Effects of divorce on the visiting father-child relationship. **American Journal of Psychiatry, 137**, pp. 1534-1539.

Wedemeyer, N. V.; Bickhard, M. H.; e Cooper, R. G. (1989) – The development of structural complexity in child's concept of family: the effect of cognitive stage, sex, and intactness of family. **Journal of Genetic Psychology, 150**, pp. 341-357.

Yarrow, M. R. *et al.* (1974) – Child rearing in families of working and non-working mothers. In: H. Bee (org.) **Social Issues in Developmental Psychology**. New York, Harper & Row Pub.